



Médicos alertam para riscos de cirurgia de mudança da cor dos olhos

Concurso unificado amplia vagas para cadastro reserva

Página 4

Ministério do Trabalho atualiza valores do seguro-desemprego para 2024

Página 3

Dólar cai para R\$ 4,85 e atinge menor valor do ano

Num dia de otimismo no mercado internacional, o dólar caiu pela segunda vez seguida e atingiu o menor valor do ano. A bolsa de valores interrompeu uma sequência de três quedas e fechou em leve alta. O dólar comercial encerrou a sexta-feira (12) vendido a R\$ 4,857, com queda de R\$ 0,034 (-0,37%). A cotação chegou a abrir em alta, mas inverteu o movimento e passou a cair após a abertura dos mercados norte-americanos. Na mínima do dia, por volta das 11h45, a moeda chegou a ser vendida a R\$ 4,83.

Com o desempenho da sexta, a moeda norte-americana atingiu o menor nível desde 28 de dezembro. Em janeiro, porém, a divisa acumula pequena valorização de 0,08%.

No mercado de ações, a sessão teve ganhos. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 130.988 pontos, com avanço de 0,26%, impulsionado por ações de petroleiras e mineradoras. Apesar da alta desta sexta, o indicador fechou a semana com perda de 0,72%.



Foto/Valter Campanato/ABR

A divulgação de dados econômicos contraditórios nos Estados Unidos trouxe turbulências ao mercado global na semana. Na quinta-feira (11), a inflação ao consumidor na economia norte-americana ficou acima do esperado, mas, na sexta, a inflação ao produtor veio abaixo das expectativas.

Os números da inflação ao consumidor tinham feito os investidores globais apostarem que o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) só começará a cortar os juros da maior economia do planeta em maio. No entanto, os dados da inflação ao produtor aumentaram a chance de que as reduções comecem em março. Taxas mais baixas em economias avançadas atraem capitais para países emergentes, como o Brasil, empurrando o dólar para baixo e a bolsa para cima. (Agência Brasil)

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	4,85
Venda:	4,85
Turismo	
Compra:	4,87
Venda:	5,05
EURO	
Compra:	5,32
Venda:	5,32

Petrobras começa medições eólicas no pré-sal da Bacia de Santos



Foto/Tânia Régio/ABR

Página 4

Esporte

Beatriz Haddad Maia é campeã de duplas do WTA de Adelaide

Beatriz Haddad Maia iniciou a sua temporada de 2024 conquistando um título. Ao lado da sua parceira, a norte-americana Taylor Townsend, Bia foi campeã de duplas no WTA 500 de Adelaide, na Austrália.

O time superou as francesas Caroline Garcia e Kristina Mladenovic, multicampeãs de Grand Slam, em sets diretos, com parciais de 7/5 6/3 e 1h26

de duração de partida.

“Importante encerrar a semana com um título e uma boa performance. Fiz uma pré-temporada muito boa e tenho treinado muito bem, então agora é questão de calma e atitude para que as coisas aconteçam. Estou pronta para Melbourne e pelo que vem pela frente em 2024”, declarou a brasileira, já de olho no próximo desafio.

Este foi o 7º título da carreira de Bia nas duplas e o primeiro com Townsend.



Foto/Divulgação

Bia já está a caminho de Melbourne, onde disputará a sua 5ª chave principal no Australian Open, o primeiro Grand Slam do ano. Com a chave sorteada, a brasileira já conheceu a sua adversária na estreia, a tcheca Linda Fruhvirtova, 85ª do ranking. Também garantida nas duplas, Bia continuará a sua parceria ao lado de Townsend.

Beatriz Haddad

Top 10 Paulista: o melhor do vôlei de praia de São Paulo em ação no fim de semana



Foto/Divulgação

A melhor entre as melhores duplas masculinas do vôlei de praia paulista será conhecida neste fim de semana. O Top 10 Paulista ocorre na Praia da Enseada, em Gua-

rujá, neste fim de semana, reunindo as dez primeiras duplas do ranking estadual após as quatro etapas da temporada 2023. O torneio será uma das atrações da Arena de Verão e a

expectativa é de jogos bastante equilibrados e de alto nível. A programação começará a partir das 9h nos dois dias.

A disputa feminina será na semana que vem, nos dias 20 e 21, nas quadras montadas no Parque Praia do Sol, na Avenida Atlântica, altura do 3300, no Jardim Três Marias, em São Paulo, região da Guarapiranga, na Zona Sul.

As duplas participantes por ordem de ranking são as seguintes: 1. Bonilha/Justo, 2. Misael/Isac, 3. Tiago Castilhos/Marcos Cabral, 4. Luccas Lima/Leo Veronezi, 5. Kirs-thenn/Toro, 6. Arthur/Murilo, 7. Eduardo Borges/Luiz Arthur, 8. Robert/Bruno, 9. Cezar/Matheus e 10. Hugo/Zaghi.

O sistema de disputa prevê dois grupos de cinco dupla, com turno único dentro de cada grupo. A primeira de cada gru-

po passará direto para as semifinais, enquanto as classificadas em segundo e terceiro disputarão as quartas de final. Os vencedores se juntam às melhores campanhas nas semifinais, com os ganhadores fazendo a grande final, enquanto os perdedores disputarão o terceiro lugar.

Os grupos ficaram assim: Grupo A – Bonilha/Justo, Lucas Lima/Leo Veronezi, Kirs-thenn/Toro, Robert/Bruno e Cezar/Matheus; Grupo B – Misael/Isac, Tiago Castilhos/Marcos Cabral, Arthur/Murilo, Eduardo Borges/Luiz Arthur e Hugo/Zaghi.

O Top Paulista premiará as quatro melhores equipes. A dupla campeã receberá R\$ 3.000,00; a vice, R\$ 2.000,00, a terceira, R\$ 1.500,00, e a quarta, R\$ 1.000,00.

Simultaneamente ao Top 10

Paulista acontecerá o Open Paulista, um torneio aberto aos praticantes do esporte mas não federados. Serão oito duplas, em duas chaves de quatro, com o mesmo sistema de disputa do Top.

Os grupos são os seguintes: Grupo A – Samuel/Lucas, Thiago Gean/Cauã, Guilherme/Alan e Wesley/Fabrizio; Grupo B – Matheus/Thiago, Gustavo/Ítalo, Luis Gustavo/ Bruno e Vinicius/João Pedro.

As quatro melhores duplas de cada gênero receberão premiação em dinheiro, assim dividida: 1º – R\$ 1.250,00; 2º – R\$ 1.000,00; 3º – R\$ 750,00; e 4º – R\$ 500,00.

O Top 10 paulista e o Open de Vôlei de Praia têm organização e promoção da Federação Paulista de Volleyball. Mais detalhes no site www.fpv.com.br

Corpos de ocupantes de helicóptero são encontrados junto aos destroços

Página 6

SP estuda implementação da terceira via de ligação entre Baixada e Planalto

A Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) deu o primeiro passo voltado à implementação de uma nova ligação entre a Baixada Santista e o Planalto. Nesta semana, o secretário Rafael Benini assinou ofício endereçado à Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) que autoriza a concessionária Ecovias dos Imigrantes a elaborar os estudos necessários ao

projeto da terceira pista na Rodovia dos Imigrantes.

“O Sistema Anchieta-Imigrantes recebe um grande fluxo de veículos diariamente e essa demanda cresce ao longo dos anos. Com essa autorização para o início dos estudos, estamos planejando ações estruturais de longo prazo para solucionar gargalos de mobilidade entre a Baixada Santista e o Planalto. Página 2

Enel é notificada sobre atendimento de consumidores sem energia

A Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-SP) notificou, na quinta-feira (11), a Enel Distribuição São Paulo para que a empresa preste esclarecimentos sobre as providências tomadas para atender consumidores impactados por quedas de energia em decorrência das chuvas. A concessionária atua na capital e em 23 cidades da região metropolitana, com cerca de 7 milhões de contas.

De acordo com o órgão de defesa do consumidor, até o momento, mais de 500 reclamações, por motivos diversos, foram registradas contra a Enel no mês de janeiro. Em 2023, foram quase 20 mil. O Procon destaca que esses dados são alimentados em tempo real sempre que o consumidor faz o registro e não detalham (portanto) se a demanda foi atendida, encerrada ou se está em

mediação ou trâmite. Os últimos três dias foram de chuvas intensas na capital paulista. Os temporais registraram rajadas de ventos, resultando em queda de árvores e novas interrupções na prestação do serviço de energia. Na quarta-feira (10), a companhia informou que cerca de 70 mil usuários foram afetados. Enel informou, em nota, que havia normalizado o fornecimento de energia para mais de 60% dos clientes afetados pelos temporais que atingiram ontem a área de concessão da companhia. “No momento, o número de atendimentos segue dentro de um padrão normal de operação da distribuidora em dias de chuvas.”

Questionamentos
A notificação desta quinta-feira questiona quantos consumidores estão sem a prestação do

serviço e, desse total, quantos são vitais, ou seja, dependem do fornecimento de energia. Além disso, pede informações sobre quais os prazos e as medidas para retomar o serviço; como os consumidores estão sendo atendidos, e se há canal específico para esses contatos. O Procon também pede que a Enel informe se tem planos de contingência e explique, detalhadamente, o quantitativo das equipes de campo destacadas para atendimento das causas das interrupções e o reparo de eventuais danos à rede, bem como suas consequências.

Essas informações serão analisadas, podendo resultar em ações fiscalizatórias e, após a defesa da empresa, sanções como multas.

Histórico
Em novembro de 2023, quando a capital paulista enfrentou fortes chuvas com rajadas de vento, a Enel foi multada por má prestação de serviço pelo valor máximo previsto pelo Código de

Defesa do Consumidor, que é de R\$ R\$ 12.793.962,68. Mais de 2 milhões de usuários da companhia ficaram sem luz. “A autuação decorreu de reclamações registradas pelo ProconSP Digital, Poupatempo, Procon Móvel e delegacias policiais. O Procon-SP continua fiscalizando e acompanhando a evolução das reclamações e pode aplicar novas punições contra a concessionária”, diz o órgão. Segundo o Centro de Gerenciamento de Emergências Climá-

ticas (CGE), da prefeitura de São Paulo, janeiro acumula 72,6 milímetros (mm) de precipitações, o que representa aproximadamente 28,3% dos 256,5 mm esperados para o mês. Neste sábado (13), o tempo deve continuar instável, com potencial para formação de alagamentos intransitáveis e transbordamentos de rios e córregos. O CGE alerta que o solo encharcado aumenta o risco de escorregamentos de terra nas áreas de encosta. (Agência Brasil)

Hospital de SP reduz índice de superlotação em Pronto-Socorro com metodologia japonesa

O Hospital Geral de Taipais (HGT), administrado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, está entre os nove hospitais do Brasil que apresentaram os melhores resultados do Projeto Lean nas Emergências, que tem como principal objetivo reduzir a superlotação nos prontos-socorros de hospitais públicos do país. A metodologia Lean se baseia na filosofia japonesa de melhoria de processos baseada em tempo e valor, buscando a melhoria contínua de processos, eliminan-

do desperdícios e garantindo fluxos contínuos. Com o método, o HGT reduziu em 63% o tempo de espera dos pacientes por um leito de internação e ampliou a capacidade de atendimento em 6%. Outro índice que apresentou melhoria no HGT foi o tempo de atendimento do paciente até a alta, reduzido em 29,7%. A lotação do hospital também caiu 38,2% desde julho deste ano, quando o Lean nas Emergências foi implementado. “O projeto envolve todas as áreas do hospital, da entrada até

a saída do paciente. Ao aplicar o Lean nas Emergências, melhoramos os processos, evitando desperdícios como, por exemplo, o excesso de estoque e o retrabalho, e reduzimos o tempo de espera, aumentando o giro de leitos e diminuindo a taxa de média permanência, o que reflete na redução da superlotação”, explicou o diretor técnico da unidade, Alex Neves Perez. Ao todo, 80 hospitais de 24 estados do país participaram dos ciclos 7 e 8 do projeto, implantando, entre 2021 e 2023, as fer-

ramentas da metodologia Lean. Em São Paulo, além do HGT, o Hospital de Base de São José do Rio Preto, ligado à Faculdade de Medicina de Rio Preto, também recebeu o reconhecimento pela aplicação do projeto. O Hospital Geral de Taipais conta com 176 leitos, entre UTI adulto, pediátrica e neonatal, e realiza cerca de 15 mil atendimentos por mês. Localizada em Parada de Taipais, bairro da zona norte da capital paulista, a unidade é referência para 1,6 milhão de habitantes da região.

SP estuda implementação da terceira via de ligação entre Baixada e Planalto

A Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) deu o primeiro passo voltado à implementação de uma nova ligação entre a Baixada Santista e o Planalto. Nesta semana, o secretário Rafael Benini assinou ofício endereçado à Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) que autoriza a concessionária Ecovias dos Imigrantes a elaborar os estudos necessários ao projeto da terceira pista na Rodovia dos Imigrantes.

“O Sistema Anchieta-Imigrantes recebe um grande fluxo de veículos diariamente e essa demanda cresce ao longo dos anos. Com essa autorização para o início dos estudos, estamos planejando ações estruturais de longo prazo para solucionar gargalos de mobilidade entre a Baixada Santista e o Planalto. A premissa desse projeto envolve a elaboração de um traçado que atenda as necessidades de tráfego e os preceitos ambientais”, explica Benini. Serão elaborados estudos de tráfego e projetos funcional e básico, incluindo avaliações topográficas, sondagens e investigações geológicas e hidrogeológicas necessárias. Além disso, também deverão ser produzidos e aprovados estudos de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental para deliberação dos órgãos competentes.

O prazo de conclusão será de 24 meses, prorrogáveis por mais 12 meses. Com base nos estudos, SPI e Artesp vão deliberar sobre a viabilidade de inclusão das obras no contrato de concessão da Ecovias. “O crescimento da demanda e o desempenho do sistema em cada sentido justificam o planejamento antecipado de ações estruturais que possibilitem o atendimento a este crescimento, em sinergia com projeto de expansão do Porto de Santos e em atendimento às demandas futuras do tráfego de caminhões”, diz trecho do documento. Os custos de produção desses documentos serão de responsabilidade da concessionária e o cálculo para o reequilíbrio econômico-financeiro da execução desse trabalho será feito com base nos gastos efetivamente realizados e aprovados pelo Poder Concedente.

O projeto da terceira via de ligação entre a Baixada Santista e o Planalto é considerado uma obra estratégica para a região, pois permitirá a melhoria da mobilidade e a redução dos tempos de viagem entre as duas regiões. A obra também contribuirá para a segurança viária e a redução da poluição sonora e atmosférica. A implementação do projeto depende da aprovação dos estudos e da liberação de recursos financeiros. A Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) está em contato com a concessionária Ecovias dos Imigrantes para a elaboração dos estudos necessários ao projeto.

Vice-governador apresenta na China projetos de concessões para atrair investimentos

O Governo de São Paulo marcou presença no evento Brazil China Meeting, realizado na cidade chinesa de Shenzhen e que reuniu empresários e autoridades dos dois países. O vice-governador, Felício Ramuth, apresentou as oportunidades da carteira de projetos de concessões, privatizações e parcerias público-privadas (PPPs), implementados pelo governador Tarcísio de Freitas para alavancar o desenvolvimento no estado de São Paulo. São 21 projetos qualificados com valor estimado de cerca de R\$ 200 bilhões de investimentos, entre capital privado e público. “O nosso programa de concessões, PPPs e concessões está baseado nas melhores práticas. Primeiro, a importância da sustentabilidade e dos princípios ESG [que envolvem as esferas ambiental, social e de governança] em todos os nossos projetos. Segundo, os nossos mecanismos de proteção para mitigar o risco cambial, garantindo ao investidor um risco menor”, ressaltou o vice-governador. No painel “Investindo no Brasil”, Ramuth destacou os dois projetos previstos para serem leiloados ainda neste primeiro semestre: o Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte, que vai ligar a capital paulista a Campinas e prevê in-

vestimentos de R\$ 13,5 bilhões, e a concessão das rodovias do litoral paulista, que abrange 213 km de vias que ligam o Alto Tietê ao Litoral Sul, com investimentos estimados em R\$ 4,3 bilhões. O vice-governador também enfatizou os projetos de construção do túnel submerso entre Santos-Guarujá – obra importante e esperada por quem frequenta o litoral paulista – e os projetos de ampliação das linhas do metrô paulistano e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Felício ainda abordou os projetos de privatizações da Companhia de Saneamento Básico do

Estado de São Paulo (Sabesp), que vai antecipar a meta da universalização dos serviços de água e esgoto e garantir uma tarifa mais justa para o consumidor, e da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A (EMA E). “O Governo de São Paulo busca atrair mais investimentos privados para o estado, a fim de melhorar os resultados dos serviços públicos, acelerar o desenvolvimento, incentivar a geração de empregos e renda e reduzir as desigualdades”, disse o vice-governador, ressaltando a oportunidade para estreitar os laços com a China, que já é um grande parceiro do Brasil e do estado de São Paulo.

Estado de São Paulo (Sabesp), que vai antecipar a meta da universalização dos serviços de água e esgoto e garantir uma tarifa mais justa para o consumidor, e da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A (EMA E). “O Governo de São Paulo busca atrair mais investimentos privados para o estado, a fim de melhorar os resultados dos serviços públicos, acelerar o desenvolvimento, incentivar a geração de empregos e renda e reduzir as desigualdades”, disse o vice-governador, ressaltando a oportunidade para estreitar os laços com a China, que já é um grande parceiro do Brasil e do estado de São Paulo.

Nova resolução altera regras de plantio para compensar retirada de vegetação

A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil) lançou novas regras que atualizam os critérios e parâmetros para a compensação ambiental. Esse mecanismo serve para empresas e empreendedores reduzirem os impactos ambientais causados pela retirada de vegetação. As novas regras atualizam a escala de prioridade de áreas com maior relevância ambiental. Por exemplo, uma empresa que planeja cortar a vegetação nativa próxima ao Rio Tietê, deve compensar quatro vezes a área que foi retirada. Se a vegetação incluir cerrado, a compensação é triplicada; para florestas como a Mata Atlântica ou o mangue, é seis vezes. A nova resolução visa equilibrar o desenvolvimento com a conservação, priorizando áreas de alta relevância ambiental. “Compensação ambiental no processo de licenciamento visa garantir a preservação da cober-

tura vegetal no Estado, é necessário definir quanto se deve pedir de compensação, e onde essa compensação deve ser feita quando se autoriza o corte da vegetação nativa, e definir onde ser feita, implica em avaliar a importância relativa de cada área do Estado para receber a compensação”, explica o Assistente Executivo da Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental, Antônio Queiroz. A autorização para a remoção

da vegetação é feita pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e vale para vegetação nativa, corte de árvores isoladas ou intervenções em Áreas de Preservação Permanente em áreas rurais e urbanas. Além da nova resolução, a Semil criou um mapa de áreas prioritárias para a restauração da vegetação nativa com quatro classes de prioridade, que vão de baixa a muito alta. Para saber mais sobre o assunto, acesse semil.sp.gov.br

da vegetação é feita pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e vale para vegetação nativa, corte de árvores isoladas ou intervenções em Áreas de Preservação Permanente em áreas rurais e urbanas. Além da nova resolução, a Semil criou um mapa de áreas prioritárias para a restauração da vegetação nativa com quatro classes de prioridade, que vão de baixa a muito alta. Para saber mais sobre o assunto, acesse semil.sp.gov.br

CESAR
NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)
Veredores e vereadoras seguem fazendo o balanço de 2023, mas com a cabeça e o coração ligados no 25 janeiro (470 anos da cidade). Partidos : PL, PT, Podemos, MDB, PSB, PP, Republicanos, PSOL, PSDB, PSD, Novo, PV e Solidariedade

PREFEITURA (São Paulo)
O prefeito Nunes (MDB) espera compensar no tempo de propaganda eleitoral (rádio e tv) a presumida perda da ex-prefeita Marta, voltando ao PT pra ser vice do Boulos (PSOL) à prefeitura paulistana. Quanto ao vice, poderá surpreender a todos

ASSEMBLEIA (SP)
Pouca gente se dá conta do que fazem nas suas igrejas as raras mulheres que se firmaram como vereadoras e deputadas. É o caso da deputada Marta Costa (PSD), que cuida do futuro das crianças no ministério Belém da Assembleia de Deus

GOVERNO (SP)
Perguntinha : quando foi que Tarcísio disse que faria tudo o que o Bolsonaro mandasse ? Pela sua história, nunca, porque demorou até mesmo aceitar disputar o cargo de governador. Agora, ser leal é outra coisa. Isso ele tem tido de sobra

CONGRESSO (Brasil)
As vezes tem mais tiroteio - no Senado e Câmara Deputados - do que atuais grandes guerras do mundo. Pra eleição das mesas diretoras, em fevereiro, tem quem venda - até pra 3 concorrentes - o que não tem pra entregar nem pra 1 concorrente

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Seria pedir demais que Lula e pelo menos parte dos ministros usassem um pouco mais - especialmente os que se identificam como cristãos - suas Inteligências Espirituais ? Tal governo seria uma rara referência comum pra católicos e protestantes

PARTIDOS (Brasil)
Quando se é dono nacional de Pessoa Jurídica de Direito Privado, tipo Lula (PT) e Kassab (PSD), quando preciso muda-se a jogada do o jogo. É o que tem feito o Costa Neto (PL). Coisa de profissionais, como o hoje deputado federal (São Paulo) ACR

JUSTIÇAS (São Paulo)
O agora decano Gilmar Mendes e Alexandre Moraes seguirão mandando no Supremo. Isso porque o nomeado Flavio Dino não vai ‘chegar chegando’. Lá, tudo é uma construção de tempos que remetem aos 75 de idade. Como foi com o Lewandowski

ANO 32
O jornalista Cesar Neto publica a coluna de política - cesarneto.com - desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara São Paulo) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP), por ter se tornado referência das Liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal

Atas, Balanços e Convocações

Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Jornalista Responsável

Maria Augusta V. Ferreira

Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Médicos alertam para riscos de cirurgia de mudança da cor dos olhos

A mudança da cor dos olhos por meio de pigmentação feita em intervenção cirúrgica é procedimento de alto risco, com resultados irreversíveis, e deve ser realizado apenas sob estrita recomendação médica. O alerta é do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), que chama a atenção para publicações em redes sociais de pessoas que alegam terem se submetido à chamada ceratopigmentação com fins meramente estéticos, mais conhecido como tatuagem da córnea.

Na maioria das vezes, tal procedimento é indicado somente para pacientes com cegueira permanente (ou com baixa visão extrema) com o objetivo de tentar recuperar a aparência de um olho normal. Dentre os problemas que podem ser causados pelo uso indevido dessa técnica estão o surgimento de lesões na córnea, que podem ser persistentes e levar à perfuração do olho, infecções graves (até no interior do olho), e aumento da pressão dentro do olho.

Pacientes que já usaram a

técnica informam dificuldade de enxergar, dor no olho, ardência, sensação de areia, aversão à luz e lacrimejamento persistente. Todas essas situações podem levar à redução da visão do paciente, seja na periferia ou no centro da visão, evoluindo, em alguns casos, para a cegueira permanente.

Micropigmentos

Na chamada “tatuagem da córnea”, ou ceratopigmentação, é empregada uma técnica cirúrgica na qual micropigmentos de diferentes cores são implantados nas camadas mais internas da córnea para alterar sua coloração. O procedimento é destinado, principalmente, ao tratamento de manchas brancas que acometem os olhos de pacientes cegos.

“Muitos pacientes que apresentam cegueira permanente em um olho sofrem com o estigma social que sua aparência pode provocar. A ceratopigmentação é uma técnica indicada para casos em que o paciente cego não se adapta à lente de contato cosmé-

tica (lente de contato colorida), ou quando não há indicação de evisceração ou enucleação (retirada do globo ocular) para adaptação de prótese ocular”, esclarece a cirurgiã oftalmologista Juliana Feijó Santos.

“É importante enfatizar que a ceratopigmentação refere-se apenas à coloração corneana, sendo a modificação da coloração escleral (a parte branca do olho) totalmente proscrita (não deve ser realizada)”, destaca.

A ceratopigmentação ganhou visibilidade no país nos primeiros dias de 2024 após a publicação de vídeo em rede social no qual uma brasileira com visão saudável afirma que realizou a cirurgia para mudar a cor dos olhos na Suíça. As imagens foram compartilhadas na página da clínica responsável pelo procedimento e já ganharam mais de 14 milhões de visualizações.

No Brasil, o uso da ceratopigmentação para fins estéticos é desaconselhado pelo CBO em pacientes saudáveis. Segundo o

conselho, o procedimento é recomendado exclusivamente para pessoas que perderam a visão e pode ser realizado apenas quando a córnea já está comprometida. O Conselho Federal de Medicina (CFM) também não autoriza o uso da técnica com essa finalidade.

“Como em todos os procedimentos cirúrgicos, os principais riscos são de infecção e inflamação do olho operado”, alerta Juliana Feijó, especialista em córnea. Ela ressalta ainda que são poucas as evidências científicas dos efeitos de longo prazo do uso de pigmento no estroma corneano, corroborando a necessidade de cautela na busca pela ceratopigmentação. Outro ponto do alerta do CBO vem do fato da ceratopigmentação dificultar futuros exames e procedimentos oculares, como o mapeamento de retina e a cirurgia de catarata.

Biossegurança

Segundo a médica, mesmo como prática reparadora usada no atendimento de pacientes ce-

gos, a cirurgia só deve ser realizada em um cenário em que sejam observados cuidados de biossegurança e com uma boa orientação pós-operatória, pois trata-se de um ato médico invasivo e de alto risco.

“É muito importante estar atento ao estado prévio do olho a ser operado, uma vez que a patologia de base pode influenciar nas intercorrências, como perfurações em córneas finas, neoplasias [tumores] não diagnosticadas previamente, ou até o desenvolvimento de herpes ocular, ou rejeição de um transplante de córnea preexistente”, acrescenta Juliana.

Quanto à infraestrutura do local do atendimento, o CBO diz que deve ser realizado em centro cirúrgico e com o paciente anestesiado. No pós-operatório, é imprescindível um seguimento clínico e uso correto dos colírios, para redução de riscos. Para pessoas que pretendem mudar sua imagem com a mudança na cor dos olhos, a indicação é de uso

de outras estratégias, bem mais seguras.

De acordo com a presidente do CBO, Wilma Lelis, pessoas com boa saúde ocular que, por motivos estéticos, desejem mudar a cor dos olhos têm como melhor alternativa o uso de lentes de contato cosméticas. Wilma alerta que mesmo elas devem ser usadas sempre com acompanhamento de um oftalmologista e os cuidados de higiene adequados, visto que a lente também interfere na biologia lacrimal e da superfície ocular com potenciais riscos.

“O CBO recomenda que, em qualquer situação, medidas que possam trazer impacto na saúde ocular sejam amplamente discutidas com um médico oftalmologista. Ao fazermos essa orientação, com base em conhecimento técnico e científico reconhecido, queremos proteger a saúde da população e chamar a atenção para eventuais riscos aos quais pode ser exposta desnecessariamente”, concluiu Wilma. (Agencia Brasil)

Indústria paranaense cresce 5,4% entre outubro e novembro, melhor resultado do País

A atividade industrial paranaense cresceu 5,4% entre outubro e novembro de 2023, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada na sexta-feira (12). Foi o maior resultado nacional no período, à frente de Espírito Santo (4,3%), Rio de Janeiro (3,7%), Goiás (3,3%), Bahia (2,7%), Minas Gerais (2,5%) e Ceará (2%). A média nacional dos 18 locais mapeados pelo estudo ficou em 0,5% no período.

De acordo com o IBGE, além da alta individual, o Paraná teve a segunda maior influência no período para o crescimento do resultado nacional, atrás apenas de São Paulo, que tem o maior parque fabril do País. Novembro foi o quarto mês consecutivo de resultados positivos no Estado, que acumula ganho de 14,5% no período. Os outros resultados foram de 5,3% em agosto, 1,6%

em setembro e 1,4% em outubro.

“Houve uma significativa melhora no ritmo de produção da indústria paranaense e podemos afirmar isso olhando os números relacionados aos números pré-pandemia. A indústria paranaense se encontra 9,6% acima do patamar pré-pandemia. É um patamar significativo, positivamente falando”, destacou o analista da pesquisa, Bernardo Almeida, na divulgação oficial do IBGE.

Na comparação com novembro de 2022, os números são ainda mais expressivos: o setor industrial paranaense cresceu 21,2% em novembro de 2023. Novamente o resultado do Estado foi o melhor do Brasil, 19,9 pontos percentuais acima da média nacional (1,3%). Espírito Santo (18,5%), Goiás (16,6%), Pará (12,8%), Rio de Janeiro (10,5%) e Mato Grosso (10,0%) também assinalaram avanços de dois dígitos.

No índice acumulado do ano, frente a igual período do ano anterior, o setor industrial local assinalou variação positiva de 4,2%. Nesse indicador, o Estado divide as melhores colocações do País com Rio Grande do Norte (12,2%), Espírito Santo (9,4%). Mato Grosso (5,4%), Goiás (4,9%), Pará (4,5%), Rio de Janeiro (4,4%) e Minas Gerais (3,2%). As maiores influências positivas ao longo do ano no Paraná foram na fabricação de produtos derivados de petróleo e de biocombustíveis (32,2%), alimentos (7,7%), bebidas (4,1%) e móveis (2,7%).

“É um segmento primordial para a economia por causa da industrialização dos produtos do campo e geração de valor e tecnologia, além da atração de empregos qualificados e que pagam melhores salários. Tivemos recorde de exportações em 2023, aliado a um crescimento econômico

expressivo, apontado pelo Banco Central como o melhor do Brasil. Com evolução em todos os setores e a menor taxa de desemprego da última década, vivemos um dos melhores ciclos econômicos da história recente do Paraná”, afirmou o governador Carlos Massa Ratinho Junior.

No índice de média móvel trimestral encerrado em novembro para a indústria, o crescimento do Paraná ficou em 2,9%, atrás apenas do Pará (4,7%). Goiás (2,7%), Bahia (2,4%), Ceará (2,3%) e Rio de Janeiro (1,9%) completam as maiores evoluções. A média nacional ficou em 0,2% no período.

O acumulado nos últimos 12 meses mostrou variação nula (0,0%) em novembro no território nacional, mas alguns estados tiveram índices positivos, casos de Espírito Santo (6,8%), Mato Grosso (4,9%), Goiás (4,6%), Rio de Janeiro (4,4%) e Paraná (3,5%). (AENPR)

Anvisa proíbe comercialização de lotes da fórmula infantil Nutramigen

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu a comercialização de alguns lotes da fórmula infantil em pó Nutramigen LGG, da marca Enfamil, fabricado pela empresa Reckitt/Mead Johnson Nutrition, dos Estados Unidos. A medida é preventiva, já que não foi identificada a exportação dos respectivos lotes ao Brasil.

De acordo com a Anvisa, a agência sanitária norte-americana (Food and Drug Administration - FDA) emitiu comunicado relacionado ao recolhimento voluntário pela empresa, nos Estados Unidos, de lotes do produto, devido a uma possível contaminação da fórmula em pó pela bactéria Cronobacter sakazakii. “A forma clínica mais frequente da infecção por Cronobacter spp. é a meningite, podendo ocorrer outras complicações como enterocolite necrosante, bacteremia, septicemia e sequelas irreversíveis”, alertou a agência brasileira.

Os lotes atingidos são: ZL3FHG, ZL3FMH, ZL3FPE, ZL3FQD, ZL3FRW e ZL3FX. Eles têm código de barras 300871239418 ou 300871239456 e prazo de validade até 01/01/2025.

A resolução com a proibição foi publicada na sexta-feira (12) no Diário Oficial da União.

Os últimos dados divulgados

pela FDA informam que esses produtos foram exportados para Argentina, Bélgica, Belize, Canadá, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Irlanda, Israel, Jamaica, México, Nicarágua, Peru, Polônia, Espanha, Reino Unido e Venezuela.

Segundo a Anvisa, com informações fornecidas pela FDA e pela Reckitt/Mead Johnson Nutrition, não foram identificados casos de infecções até o momento relacionados ao consumo desses lotes do produto.

Orientações

A Anvisa orienta aos consumidores que utilizam produtos Nutramigen LGG que verifiquem o lote impresso no rótulo do produto. “Se o produto pertencer a um dos lotes recolhidos, ele não deve ser utilizado ou oferecido para o consumo por bebês”, alerta.

“Somente utilize fórmulas infantis com orientação de um profissional de saúde habilitado, como médico pediatra ou nutricionista. O Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendam o aleitamento materno até os dois anos de idade ou mais e de maneira exclusiva até os seis meses de vida”, acrescenta a Anvisa.

Segundo a agência, a corre-

ta higienização de utensílios que entram em contato com a fórmula, como mamadeiras, copos e colheres, é fundamental para garantir a segurança do produto. Além disso, deve-se sempre realizar a diluição na quantidade adequada e na temperatura segura (70°C), que garante o menor risco de contaminação por microrganismos perigosos, como bactérias do gênero Cronobacter e Salmonella.

A Cronobacter sakazakii é uma bactéria pertencente ao gênero Cronobacter spp. e pode causar infecções em humanos, principalmente em recém-nascidos, bebês prematuros de baixo peso (menos de 2,5 quilos), imunocomprometidos e prematuros que necessitam de cuidados especiais na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal.

A Anvisa explicou ainda que esse grupo de bactérias pode afetar também indivíduos de outras faixas etárias, entretanto, casos envolvendo adultos e crianças com idade superior a 1 ano são raros. A taxa de mortalidade é elevada nos grupos de risco.

Registro no Brasil

Fórmulas infantis são alimentos que necessitam de registro na Anvisa para serem comercializados. O número desse registro deve constar no rótulo do produto.

Atualmente, as fórmulas infantis Nutramigen LGG registradas na Anvisa possuem a seguinte denominação: fórmula infantil de seguimento para lactentes destinada a necessidades dietoterápicas especiais com restrição de lactose composta por proteína extensamente hidrolisada e probiótico.

Esses produtos são importados sob responsabilidade da Mead Johnson do Brasil Comércio e Importação de Produtos de Nutrição Ltda. (CNPJ: 10.351.637/0001-86) e são provenientes dos Estados Unidos (registro 6.6609.0032.001-4) e do México (registro 6.6609.0032.002-2).

“O consumidor deve ficar atento e somente adquirir produtos com procedência conhecida e registrados na Anvisa. Produtos importados não registrados são considerados irregulares”, alertou a agência. “Recomenda-se também que os consumidores evitem comprar fórmulas infantis importadas por meio de comércio eletrônico, devido à dificuldade em conhecer a origem e a regularidade do produto”, acrescentou.

Para confirmar o registro do produto, é possível consultar a base de dados disponível no portal da Anvisa. (Agencia Brasil)

Ministério do Trabalho atualiza valores do seguro-desemprego para 2024

O Ministério do Trabalho e Emprego atualizou a tabela anual do seguro-desemprego para 2024. A correção levou em conta o Índice Nacional de Preços ao consumidor (INPC) de 2023, divulgado na quinta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foi de 3,71%.

A nova tabela para os trabalhadores que tiverem direito

ao benefício também entrou em vigor na quinta-feira (11).

Com isso, o valor do benefício seguro-desemprego não será inferior ao valor correspondente do salário mínimo vigente, R\$ 1.412.

Já os trabalhadores que tenham recebido salários médios acima de R\$ 3.402,65 terão direito, invariavelmente, ao seguro-desemprego no valor de R\$ 2.313,74. (Agencia Brasil)

Cármén Lúcia suspende concurso da PMSC por limitar vaga para mulheres

A ministra Cármén Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na sexta-feira (12) a suspensão de concurso público para seleção de oficiais e praças da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC). A medida foi tomada diante da limitação de 10% para participação de mulheres prevista no certame.

Com a decisão, ficam suspensas a divulgação e homologação de resultados, além do provimento de vagas em cursos de formação até decisão final da Corte.

A suspensão do concurso foi requerida pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Para o órgão, a lei estadual que autorizou a reserva mínima de 10% de vagas nos quadros da polícia e do Corpo de Bombeiros é inconstitucional.

Ao julgar a ação, a ministra entendeu que a lei catarinense fragiliza a participação das mulheres em condições de igualdade no concurso.

“O resultado produzido não

promove, antes fragiliza a participação das mulheres em condições de igualdade e contraria a necessidade de igualação material buscada no sistema constitucional vigente”, afirmou a ministra.

Em outubro do ano passado, a PGR entrou com 14 ações no Supremo para contestar leis que limitam a participação de mulheres em concursos públicos para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Em geral, a restrição prevista nos editais é de 10% para mulheres.

As ações questionam a limitação de vagas destinadas a mulheres prevista em normas dos estados do Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Em outras decisões, liminares de ministros do Supremo já suspenderam concursos da PM no Pará, no Rio de Janeiro e no Distrito Federal. (Agencia Brasil)

Publicada portaria que reajusta benefícios do INSS acima do mínimo

A portaria que reajusta em 3,71% os benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) acima de um salário mínimo foi publicada na sexta-feira (12) no Diário Oficial da União.

Com a definição do índice de reajuste – que segue o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano passado – o teto do INSS atual terá acréscimo de R\$ 278,52, passando dos atuais R\$ 7.507,49 para R\$ 7.786,01 em 2024.

Além de corrigir os benefícios, o INPC também é aplicado para reajustar as contribuições para a Previdência Social, que sobem conforme o salário. Quanto mais o trabalhador na ativa recebe, mais está sujeito a alíquotas adicionais que elevam a contribuição.

Os benefícios atrelados ao salário mínimo subirão 6,97%, de

R\$ 1.320 para R\$ 1.412. A variação corresponde à política correção aprovada em agosto do ano passado, que prevê a reposição da inflação pelo INPC do ano anterior, mais o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

O decreto com o valor do salário mínimo, que responde pela maior parte dos benefícios da Previdência Social, foi assinado no fim de dezembro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O INSS começará a pagar os benefícios de janeiro no fim do mês. Para quem ganha um salário mínimo, o pagamento da aposentadoria, pensão ou auxílio será feito entre 25 de janeiro e 7 de fevereiro. Quem recebe além do mínimo terá o benefício depositado entre 1º e 7 de fevereiro. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Petrobras começa medições eólicas no pré-sal da Bacia de Santos

As medições eólicas em alto-mar, na região do pré-sal, começaram a ser feitas pela Petrobras, ShellEnergies, CNPC e CNOOC e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O Campo de Búzios, na Bacia de Santos, foi o escolhido para a primeira coleta de dados. Durante o ano, a previsão é que o mesmo trabalho seja feito no Campo de Mero.

A pesquisa faz parte do Projeto Ventos de Libra, que recebeu R\$ 8 milhões em investimentos. Além do desenvolvimento de tecnologias para os estudos, estão previstos a criação de metodologias para analisar os ventos

e uma avaliação sobre a viabilidade técnica de instalação das eólicas. Por meio do projeto, será possível subsidiar projetos futuros de eólica offshore no pré-sal.

“Trata-se de mais uma iniciativa com viés de desenvolvermos conhecimento e capacitação no segmento de eólicas offshore, de grande potencial no Brasil, desta vez com envolvimento de importantes parceiros no pré-sal e do setor acadêmico, representado por instituições de renome”, disse Jean Paul Prates, presidente da Petrobras.

Um passo importante do projeto é a capacidade de aprimorar modelos, para reduzir os riscos

na implantação da tecnologia eólica flutuante em regiões de águas profundas. Nas etapas seguintes, será avaliada a possibilidade de implantar turbinas eólicas associadas aos sistemas de produção de óleo e gás.

“Os projetos eólicos offshore consistem em um grande desafio científico e tecnológico, ampliado pelas condições que se apresentam na região do pré-sal, a cerca de 200 km da costa, em profundidades d’água de até 2 mil metros”, explicou Joelson Mendes, diretor de Exploração e Produção da Petrobras.

“Projetos dessa natureza podem indicar potenciais caminhos

para continuarmos avançando na descarbonização das nossas atividades, em linha com o que já anunciamos no nosso Plano Estratégico”, destacou Maurício Tolmasquim, diretor de Transição Energética e Sustentabilidade da estatal.

Potencial eólico

A estação de medição de ventos está instalada no navio-plataforma P-75, uma unidade flutuante que produz, armazena e transporta petróleo. A estatal explicou que a tecnologia é baseada em um sistema de medições de sensoriamento remoto do tipo Lidar (Light Detection and Ran-

ging). Os dados vão ser transmitidos diretamente para o Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação da Petrobras (Cenpes) e serão avaliados por um período de 3 anos.

“As campanhas de medição não são novidade para a Petrobras. Há uma década a empresa iniciou estudos de viabilidade para implantação da atividade eólica offshore, com a instalação da primeira torre anemométrica, capaz de medir características do vento, no mar do Brasil, em uma plataforma instalada em águas rasas no litoral do estado do Rio Grande do Norte”, lembra Car-

los Travassos, diretor de Engenharia e Tecnologia e inovação da Petrobras.

O projeto Ventos de Libra é liderado pela engenheira Cristiane Lodi, que coordena o projeto pela Petrobras e pelo Consórcio de Libra, e a professora Adriane Prisco Petry, da UFRGS, que coordena o Núcleo de Integração de Estudos, Pesquisa e Inovação em Energia Eólica (Niepiee). O consórcio é operado pela Petrobras (38,6%) em parceria com a Shell Brasil (19,3%), TotalEnergies (19,3%), CNPC (9,65%), CNOOC (9,65%) e Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA (3,5%). (Agência Brasil)

Concurso unificado amplia vagas para cadastro reserva

O governo federal publicou um decreto prevendo a ampliação do número de vagas para cadastro de reserva do Concurso Nacional Unificado, chamado de Enem dos Concursos. A norma que estabeleceu o certame previa que o quantitativo do cadastro de reserva seria o dobro da quantidade vagas. Pela nova regra, publicada na quarta-feira (10), a quantidade de vagas será definida em edital, com mais vagas do que o previsto anteriormente.

De acordo com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, com o quantitativo anterior, muitos órgãos da administração pública enfrentariam dificuldade em preencher as vagas que acontecem ao longo do tempo.

A ministra da Gestão e Inovação em serviços Públicos, Esther Dweck, disse que com o novo decreto esse quantitativo poderá ser duplicado para cada bloco.

“Antes o cadastro de reserva era para um concurso específico. Então a regra de ter o dobro de aprovados funcionava. Nesse caso, um mesmo candidato poderá compor a lista de mais de um cargo. O que queremos garantir com a publicação desse decreto é que haja duas vezes o número de vagas de pessoas aprovadas naquele bloco”, explicou a ministra.

De acordo com o novo decreto, o limite de candidatos aprovados no certame será definido em edital e aqueles que não forem aprovados no quantitativo máximo estabelecido em edital, ainda que tenham atin-

gido nota mínima, estarão automaticamente reprovados. Em caso de empate, o normativo aponta que nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados será considerado reprovado.

Na quarta-feira (10), o governo publicou os oito editais temáticos do certame, em edição extraordinária do *Diário Oficial da União*.

Outro ponto levantado pela ministra é o fato de que os aprovados no Concurso Nacional Unificado poderão, ser aproveitados, inclusive, em casos de excepcional necessidade de serviço público, como é o caso das contratações temporárias. Nesses casos, segundo a ministra, os candidatos convocados para as contratações temporárias continuarão na lista de espera para as contratações de cargo efetivo.

“Não faz sentido fazer concurso temporário, para uma contratação urgente, que vai levar o mesmo tempo de um concurso efetivo. Qual a lógica de você demorar quase um ano para contratar pessoas para algo que é urgente? O que queremos fazer é aproveitar os aprovados no banco de candidatos para as contratações temporárias. Para aqueles cargos que estão nos blocos, se algum dos órgãos precisar de temporário, poderá chamar os aprovados do banco de candidatos. Os candidatos convocados para as contratações temporárias continuam na lista de espera para as contratações de cargo efetivo”, informou a ministra. (Agência Brasil)

Prefeitura do Rio reforça segurança para blocos de carnaval de rua

O carnaval de rua começa oficialmente neste fim de semana (dias 13 e 14 de janeiro) na cidade do Rio e, junto com ele, o trabalho de monitoramento dos blocos pelo Centro de Operações Rio. Segundo a Riotur, responsável pelo cadastramento das apresentações, o sábado e o domingo já terão quatro apresentações oficiais.

A Sala de Situação vai funcionar com 60 agentes por turno e o maior videowall da América Latina, com 104 metros quadrados (125 telas de 55 polegadas), ganhará um layout especial nos dias de folia. Além disso, drones irão transmitir imagens dos principais blocos que vão desfilar no Centro do Rio em tempo real para os operadores. O equipamento será utilizado no fim de semana que antecederá o início oficial do carnaval.

Outra novidade será o reforço de câmeras nos circuitos e trajetos dos principais blocos. A expectativa é que o Centro de

Operações consiga instalar 30 novas câmeras com olhar exclusivo para o carnaval. Bairros como Tijuca, Ipanema, Leblon, Barra e Centro vão ganhar novos equipamentos. Os pontos exatos ainda estão sendo alinhados com a Riotur. Além disso, as interdições de vias provocadas pelos deslocamentos de blocos serão informadas pelo Centro de Operações Rio (COR) em tempo real no aplicativo.

A parceria com o aplicativo de trânsito Waze, por meio do programa Waze for Cities, proporcionará o acompanhamento dos principais blocos de rua do Carnaval. O objetivo é tornar o aplicativo o grande parceiro de foliões e turistas, atualizando interdições de vias e percursos dos blocos. Com isso, o cidadão que se basear pelo Waze durante o seu deslocamento não será surpreendido com congestionamentos provocados pelos blocos. (Agência Brasil)

MPF cobra prefeitura sobre suspensão de aborto legal em hospital de SP

O Ministério Público Federal (MPF) cobrou explicações da Prefeitura de São Paulo sobre a suspensão de atendimentos para aborto legal no Hospital Municipal e Maternidade da Vila Nova Cachoeirinha, na zona norte paulistana. De acordo com o MPF, a unidade é “uma das principais a realizar o procedimento” na capital paulista, “sobretudo para mulheres com mais de 22 semanas de gestação”.

Os procuradores questionam os motivos que levaram à administração municipal a suspender esse serviço e torná-lo indisponível no hospital desde o mês passado. O prazo para envio das respostas é de dez dias úteis. A legislação brasileira

autoriza a interrupção da gravidez em casos de estupro, anencefalia do feto ou risco à vida da gestante.

O MPF reforça que “a legislação brasileira não fixa limite temporal de desenvolvimento do feto para que gestantes que tenham direito ao aborto procurem os serviços de saúde e sejam atendidas”.

Também foram requeridas à Secretaria Municipal de Saúde informações sobre as outras quatro unidades que realizam abortos legais na cidade. O Ministério Público quer identificar se os hospitais municipais do Tatuapé, do Campo Limpo, do Jardim Sarah e Tide Setúbal têm efetuado o procedimento, independente-

mente da idade gestacional, conforme prevê a legislação.

Outro lado

Procurada pela **Agência Brasil**, a Secretaria Municipal da Saúde disse que aguarda notificação e está à disposição do órgão para prestar todos os esclarecimentos necessários.

A pasta explica que a suspensão do serviço foi necessária para realizar no local mutirões de cirurgias, como de endometriose e histerectomia, e outros procedimentos envolvendo a saúde da mulher.

Em dezembro, a secretaria havia informado que a suspensão seria temporária, mas não informou quando o procedimen-

to voltará a ser realizado.

Ainda segundo a prefeitura, o procedimento continua sendo feito em outros “quatro hospitais da rede municipal referenciados e capacitados para fazer o procedimento, independentemente do período gestacional, conforme estabelece a legislação”.

Os procedimentos podem ser feitos nos hospitais: Dr. Cármino Caricchio (Tatuapé), Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha (Campo Limpo), Tide Setúbal e Prof. Mário Degni (Jardim Sarah). “Esses quatro hospitais têm plena capacidade de atender a demanda do município”, aponta a prefeitura. (Agência Brasil)

Intoxicação por monóxido de carbono causou morte de jovens em SC

A Polícia Científica de Santa Catarina concluiu que os quatro jovens encontrados mortos no dia 1º de janeiro, no interior de um carro na rodoviária do Balneário de Camboriú, foram intoxicados por monóxido de carbono, emitido ao interior do veículo por meio do ar-condicionado.

A falha decorreu de modificações feitas em uma peça do escapamento, com o objetivo de dar maior potência ao motor.

Thiago de Lima Ribeiro, de 21 anos de idade, Karla Aparecida dos Santos, de 19 anos, Gustavo Pereira Silveira Elias, de 24 anos, e o adolescente Nicolas Kovaleski, de 16 anos, foram encontrados sem vida após festejarem a passagem de ano no litoral norte de Santa Catarina. Uma quinta pessoa também estava no veículo, mas sobreviveu. Todos eram da cidade mineira de Paracatu.

As investigações iniciais apontaram parada cardiorrespiratória, e as suspeitas – confirmadas pela perícia – eram de que, provavelmente, eles teriam se intoxicado com esse gás incolor e inodoro altamente letal, quando inalado em grande quantidade.

“As provas periciais demonstraram que a causa da morte das quatro vítimas se deu por asfixia por monóxido de carbono decorrente das alterações irregulares no escapamento”, resumiu a perita geral da Polícia Científica de Santa Catarina Andressa Boer Fronza.

Alguns detalhes do laudo pericial e do inquérito, que ainda está sendo preparado, foram apre-

sentados na sexta-feira (12) pela Polícia Civil do estado. Segundo a perita criminal Bruna de Souza Boff, as amostras de sangue e urina das vítimas não detectaram qualquer presença de drogas, medicamentos ou venenos.

Já as análises de presença de monóxido de carbono constataram saturação acima de 50% em três das vítimas e entre 49% e 50% na quarta vítima. Em outra frente, foi investigada a origem desse monóxido de carbono, gás bastante presente no ar, gerado pela queima de material orgânico.

“O problema da intoxicação ocorre quando estamos em ambiente fechado, confinados, em que ele atinge concentração superior à do oxigênio. Ele tem uma afinidade 200 vezes maior do que o oxigênio, quando em nosso sangue. Então rapidamente nossa hemoglobina troca o oxigênio por ele e o entrega aos nossos órgãos, e a morte ocorre lentamente”, explicou a perita Bruna Boff.

Coube ao perito Luiz Gabriel Alves explicar a origem do gás que matou os jovens. Segundo ele, o veículo havia passado por algumas modificações, visando ampliar a potência e o ruído do motor. Uma das peças alteradas foi o chamado downpipe – parte do sistema de escapamento que se conecta com a saída do turbo do catalisador.

“A tubulação foi substituída, desviando o caminho do escape, sem que passasse pelos abafadores. Isso gera maior ruído e ganho de potência. Identificamos

um rompimento próximo à grade que segue para o ar-condicionado”, explicou o perito.

A ausência de fixação ou solda no suporte do downpipe resultou na sucção do gás pelo ar-condicionado, transformando o interior do veículo em uma “atmosfera tóxica”, conforme mostrou o medidor de teor de gases utilizado pelos peritos.

Segundo Alves, a quantidade de gás emitido para a parte interna, quando o ar-condicionado estava ligado, era tão grande que superava o limite do medidor utilizado para a análise pericial. “Com o ar desligado, o resultado ficou em zero”, acrescentou ao explicar que essa modificação na peça não é permitida.

Responsável pelo inquérito policial do caso, o delegado Vicente Soares disse que, diante desse contexto, o foco da investigação será agora a oficina responsável pela modificação na peça. A alteração, segundo ele, foi feita em julho na cidade de Aparecida de Goiânia, em Goiás.

“O proprietário da oficina relatou que o downpipe foi, de fato, manufaturado por eles, e que ela não foi comprada da indústria. Portanto é caseira. Os mecânicos serão ouvidos para a conclusão do inquérito policial, e os envolvidos na montagem do equipamento podem ser responsabilizados por homicídio culposo”, informou o delegado. Ele não informou o nome da mecânica que será foco das próximas investigações.

O delegado Soares explicou como foram os últimos momentos das vítimas. No dia 31, quando a caminho de Camboriú, o veículo apresentou alguns engasgos. Como o problema parecia resolvido, os jovens deram sequência à viagem.

Após a virada de ano, todos começaram a passar mal, e acreditavam se tratar de intoxicação alimentar, causada pela ingestão de cachorros quentes. “Após a virada, eles foram à rodoviária para buscar uma amiga, às 3h15 [do dia 1º]. Chegaram ao local sentindo enjoo por causa do monóxido e resolveram então ficar no carro para tentarem se recuperar”, disse o delegado.

A amiga recém-chegada ficou do lado de fora, achando que todos estavam apenas dormindo no interior do veículo que estava com o ar-condicionado ligado. Na sequência, percebeu que a situação era grave, quando não conseguiu despertá-los, acionando o Samu. Eles foram encontrados já sem sinais de vida.

Segundo o diretor de Medicina Legal da Polícia Civil, Fernando Oliva, as vítimas deram entrada no setor de medicina legal por volta das 10h15. “Eles apresentavam sinais característicos de asfixia, como congestão de face e mudanças de coloração, bem como manchas que aparecem no processo de decomposição, que se inicia logo após a parada cardiorrespiratória”, disse o legista. (Agência Brasil)

Ação de milícias foi crime mais denunciado pela população ao MPRJ

A maior parte das denúncias feitas pela população ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) envolve milícias. Ao todo, foram encaminhadas à Ouvidoria do MPRJ 2.330 comunicações envolvendo as milícias no estado. O balanço foi divulgado pelo órgão.

Ao todo mais de 89 mil comunicações foram feitas pela população ao longo do ano de 2023, 75% a mais do que as cerca de 51 mil recebidas em 2022, o que marca um novo recorde da instituição.

O MPRJ utiliza o termo “comunicação” para definir o que comumente se chama de “denúncia”, ou seja, levar às autoridades informações sobre irregularidades. A diferenciação, segundo o órgão, é feita porque juridicamente “denúncia” se refere à ação penal apresentada pelo Ministério Público ao Poder Judiciário para que seja iniciado um processo criminal contra alguém.

A maior parte das comunicações será apurada no âmbito das promotorias de Investigação Penal. A maioria das denúncias envolve milícias (2.330), crimes contra pessoas (1.168), Lei de Entorpecentes (1.086) – que, entre outros aspectos, trata do tráfico ilícito de drogas – e ameaças (851).

Os demais temas de maior incidência são cidadania, proteção à educação, defesa do meio ambiente e patrimônio cultural e idoso e pessoa com deficiência. No âmbito da cidadania, relatos sobre possível prática de improbidade administrativa (2.234), irregularidades em concursos (1.147) ou serviço público deficiente (651) lideram os encaminhados à Ouvidoria do MPRJ.

Segundo o MPRJ, a temática dos concursos públicos ou de contratações temporárias (740) é recorrente entre as comunicações envolvendo a atribuição das promotorias de Tutela Coletiva de Proteção à Educação, seguida por

questões envolvendo a valorização dos profissionais da educação (578) e sobre educação especial (450).

Cada comunicação é analisada pela equipe da Ouvidoria e em seguida distribuída para as estruturas internas responsáveis pela adoção das medidas adequadas ao caso. A Ouvidoria funciona como um canal direto de ligação com o cidadão, e em qualquer pessoa pode apresentar denúncias, solicitar informações, fazer reclamações ou buscar orientação. O contato pode ser pelo portal da Ouvidoria, por telefone, pelo número 127, ou presencialmente. (Agência Brasil)



Página 5

CNPJ nº 39.565.194/0001-08 - NIRE 35.300.5752-11

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28/11/2023

Reunião realizada no dia 28/07/2023, às 15:15hs, por votação eletrônica. **Presença:** Manifestaram-se os Srs. Gibran Viegas Araújo, Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, André Cimerman, João Carlos Arnesto, Sérgio Eduardo Arbúsculo, Roberto de Almeida, e o Sr. Paulo Roberto de Faria. **Ausente:** O Sr. José Roberto de Faria. **Assessoria:** O Sr. Antônio Carlos do Conselho, e secretariados pela Sra. Patrícia Santana, secretária designada. **Deliberações:** Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração resolveram: (I) aprovar a destituição do Sr. Fábio Ribeiro Monteiro do cargo de membro do Comitê de Riscos e Compliance da SX6 Associação S.A., e, com referência destituída, aprovar a nomeação da Sra. Camilla Schenck como membro presidente deste comitê, conforme Resolução Executiva - RED nº 061/2023, da Gerência de Gestão, aprovada em reunião realizada no dia 27/07/2023, às 15:15hs; (II) aprovar a destituição do Sr. Paulo Roberto de Faria, da Gerência de Gestão e Gestor. Nada mais. Baureti, 28/07/2023. **Mesa:** Gibran Viegas Araújo - Presidente da Mesa; Patrícia Santana – Secretária designada. JUCSP nº 464.447/23-9 em 12/12/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

[NP] n° 39.565.194/0001-08 - NIRE 35.300.5752-11

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 07/12/2023

Reunião realizada no dia 07/07/2023, às 11:00hs, por votação eletrônica. **Presença:** Manifestaram-se os Srs. Sérgio da Veiga, Mariana Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, André Cimerman, João Carlos Armesto, Sílvia de Jesus Eduardo Arbulu Mendonça e Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Carlos Roberto de Jesus Santos, Presidente do Conselho de Administração. **Assessoria:** A Assessoria Jurídica foi composta pelo Sr. Paulo Roberto de Jesus Santos, Advogado. **Deliberações Anúncias:** (i) aprovar a destituição do Sr. Roberto Zucchi (CPF: 042.833.108-40) do cargo de membros do Conselho de Administração da X56 Assistência S.A. (ii) aprovar a indicação da Sra. Amanda Pereira da Costa, Advogada (CPF: 016.19.646-28), para integrar, como membro titular, o Comitê de Auditoria da X56 Assistência S.A., em substituição ao Sr. Roberto Zucchi, Advogado, em virtude da sua destituição. **Indicações:** A Comissão de Indicações, composta na condição de Presidente do Comitê, em virtude das alterações acima referidas, disponibilizou o quadro atualizados, disponibilizados na composição do Comitê de Auditoria: **Colegiado:** X56: Comitê de Auditoria; **Indicados (Tempo):** Mauricio Marques, Advogado; Bernardo; Fabio Santos Pereira; **Indicados (Linha Seguradora):** Carlos Roberto de Jesus Santos, Advogado; Paulo Roberto de Jesus Santos, Advogado; **Secretaria designada:** JUCESP nº 467.759/23-5 em 18/12/2022, Maria Cristina Friel - Secretária Geral.

A presidente(a) do **SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, **CNPJ:60.260.155.0001/99**, usando seus poderes estatutário convoca todos os associados para uma Assembleia Geral Extraordinária eleitoral, a realizar-se-á no dia vinte de janeiro de dois mil e vinte quatro, às oito horas em primeira chamada – não atingido o quórum necessário, em segunda chamada às oito horas e trinta minutos, para a realização das eleições para a eleição de um (1) representante da categoria no nº3 Centro-4º Andar- Conjunto-41, São Paulo-SP, com seguinte **ordem** do dia: discutir e deliberar o Art. 6º e seu parágrafo único do Estatuto Social. São Paulo 13 de janeiro de 2024. Katia Cristina Rodrigues Silva - Presidente.

DE SAO PAULO - SINDSEMP/SP

Rua Mateus Gomes, nº09 – Maranhão, São Paulo, CEP: 03089-060
CONVOCAÇÃO
O Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo- SINDSEMP/ SP, associação sindical em primeiro grau unitária, com sede no endereço acima, inscrito no C.N.P.J./MF. nº 68.970.888/0001-29 e no 5º Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo (SP), convoca a Categoria Profissional dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo, ativos e inativos, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na Rua Mateus Gomes, nº 09, Maranhão, São Paulo- SP, no dia 17/01/2023, às 12h30min, em 1ª convocação e às 13h00min, em 2ª convocação, para deliberar sobre a seguinte **ordem do dia:** I- Aprovação de contas do ano de 2023. São Paulo, 11 de janeiro de 2024. Anselmo Denis Campos Junior - Presidente.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 20 DIAS. PROCESSO DIGITAL Nº 0016647-34.2009.8.26.0009. O Dr(a). Fabiana Pereira Ragazzi, Mm.J., Juíza de Direito da 1ª Vara Civil do Foro Regional IX, Vila Prudente, Estado de São Paulo, na forma da lei, etc. **FAZ SABER** às herdeiras de Marcelo de Lima que era filho da coesquecida NERMEIDA DOS SANTOS MARCELO (também falecida), a saber: SUELI ALVES DA SILVA; ROSA MARIA DE LIMA; EUGENIA DE LIMA; e ANA CAROLINA DE LIMA, todas já falecidas, que por meio da Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 0016647-34.2009.8.26.0009, em trâmite perante o Juízo da 1ª Vara de Família e Sucessões desta Comarca, requer a execução do pagamento de R\$ 1.254.518,00 e outra, objetivando a cobrança de RS.41.912,70 (ate 16/04/2012), referente aos aluguéis, IPTU, imposto incêndio e parcelas de acordo não cumprido, alusivos à locação do imóvel na Avenida Zelina, 21, 2º andar, SP. Estando as herdeiras em lugar ignorado foi deferida a **CITACÃO POR EDITAL**, para se pronunciarem a respeito da **HABILITAÇÃO**, no prazo de 5 dias, a fluir após os 20 dias supra. Decorrido o prazo, no silêncio, será(ão) produzidos os efeitos legais, inclusive a prescrição, sob pena de nulidade. O presente edital, por extrair publicado na forma da lei, **NADA MAIS**, em São Paulo, 01 de dezembro de 2023.

Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A.
CNPJ nº 27.902.165/0001-05 - NIRE 35.300.511131

CNPJ nº 27.902.165/0001-05 - NIRE 35.300.511131

[illegible]

CNPI nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM SÉRIE ÚNICA, DA 11ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Por esse edital, ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 11ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização ("CRA", "Títulos das CRA's", "Emissão" e "Emissora", respectivamente) e a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário dos CRA ("Agente Fiduciária") a participar da assembleia geral de Titulares dos CRA que será realizada em 1ª (primeira) convocação no dia 31 de janeiro de 2024, às 14hs, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por vídeo-conferência online através da plataforma "Microsoft Teams", administrada pela Emissora, e/ou por meio de plataforma de votação eletrônica denominada "CVM60" (art. 12, do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para 2023" ("Termo de CVM60"), de Resoluções da CVM, em Série Única, da 11ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização", assinado em 18 de maio de 2022, conforme aditado ("Emissão" e "Termo de Securitização", respectivamente para deliberar sobre: (i) Sustar ou não os efeitos do Evento de Inadimplimento Automático e, consequentemente, Vencimento Antecipado da CPR-Financiaria e dos CRA, nos termos da cláusula 9.1, (i), da CPR-Financiaria e da cláusula 7.2, (ii) do Termo de Securitização, em razão do inadimplimento de obrigação penúltima em razão do pagamento parcial da parcela da CPR-Financiaria programada para 06/07/2023 e não pagamento da parcela da CPR-Financiaria programada para 06/12/2023; (iii) Caso sustado os efeitos Evento de Inadimplimento Automático e, consequentemente, Vencimento Antecipado da CPR-Financiaria e dos CRA, nos termos do item (i) acima da Ordem do Dia, aprovar providências a serem tomadas para a regularização das obrigações da Devedora; e (ii) autorização para que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Titulares dos CRA, em conjunto com a Emissora e a Devedora, apresente e promova a regularização dos efeitos das deliberações aprovadas na presente assembleia. Exceto se de outra forma indicado ou definido no presente instrumento, termos iniciados em letra maiúscula aqui utilizados terão o significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.wc.org e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. **Informações Gerais aos Titulares dos CRA: (1) Instalação e Quórum:** A assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRA, que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme previsto na Cláusula 12.8 do Termo de Securitização. As deliberações dependerão de aprovação de, no mínimo, 60% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, em qualquer convocação conforme previsto nas Cláusulas 12.10.1.2, do Termo de Securitização. (2) **Acesso e Utilização do Sistema Eletrônico:** A assembleia será realizada através de plataforma digital "Microsoft Teams", que possibilitará a participação remota de todos os Titulares dos CRA. O conteúdo da assembleia será gravado pela Emissora. Nos termos da Resolução CVM 60, o acesso ao sistema de votação eletrônica será realizado no dia 31 de janeiro de 2024, 2 (dois) dias antes de sua realização para os e-mails: juridico@virgo.wc.org; jsc@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br a) confirmação de sua participação acompanhadas dos CNPJs dos fundos dos Titulares dos CRA, conforme o caso; b) a indicação dos representantes que participarão da assembleia, informando seu CPF, telefone e e-mail para contato; e c) (iii) as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, conforme item 3º "abaixo. (3) **Depósito Prévio de Documentos:** Observado o disposto na Resolução CVM 60 e de acordo com o item "(2)" anterior, os Titulares dos CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails juridico@virgo.wc.org, jsc@vortex.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br, com cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; e c) se fundos de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e (d) quando representado por procurador, cópia da procuração e do instrumento de representação outorgado para sua representação. Os documentos deverão ser encaminhados até o dia 26 de janeiro de 2024, às 14h, sob pena de não serem aceitos para a assembleia. São Paulo, 31 de janeiro de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Data: 15 de janeiro de 2024 às 14h00

APARELHOS CELULARES DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS

CADASTRE-SE ANTECIPADAMENTE PARA PARTICIPAR DO LEILÃO

OBS: TODOS OS LOTES SÃO DE CELULARES/MODEMS/ACESSÓRIOS USADO E SUCATA. SEM GARANTIA DE TROCA/FUNIONAMENTO

Informações pelo telefone: 11- 3550-4066, 94173-1982, ou pelo e-mail eduardo@frazaoleiloes.com.br, ou www.FrazaoLeiloes.com.br

Pelo presente, ficam convocados os Cooperados da Cooperativa de Trabalho RAINHA da Reciclagem a participarem da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 25/01/2024, nesta capital sito a Rua. Tapachoua Nº 313- Cep:03813-310-Dt. Matarazuelo- Capital-SP em 1ª chamada às 15:00h e em 2ª chamada às 15:30 H, para **deliberar a seguinte Pauta: 1º)** - Eleição e Posse do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal (10/01/2024 a 09/01/2028). São Paulo, 13 de janeiro de 2024. Elienai Gomes de Jesus- Presidente - C.P.F 216.349.658-92.

[illegible][illegible]

CNPJ nº 34.878.487/0001-21 - NIRE 35.300.541.570 - Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de janeiro de 2024

[illegible][illegible]

análise e contribuir para a tomada de decisões futuras”.

Para a SBIm, a pesquisa equipara as crenças pessoais dos médicos à ciência, o que pode gerar insegurança na comunidade médica e afastar a população das salas de vacinação.

“A SBIm entende que a pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) não trará nenhum benefício à sociedade”, afirma instituição científica.

Mortes por covid-19

A SBIM lembra que a covid-19 foi responsável por 5.310 casos de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) e 135 mortes entre crianças menores de 5 anos no Brasil em 2023, de acordo com o último boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, que reúne dados até novembro.

Além disso, desde o início da pandemia, houve 2.103 casos de Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P), considerada uma manifestação tardia da covid-19, com 142 mortes.

Diante disso, a sociedade ressalta que a vacinação contra a covid-19 é uma estratégia comprovadamente eficaz e segura para a prevenção da doença, potencialmente fatal também entre crianças.

A segurança da vacina é reforçada pelo último boletim de monitoramento de Eventos Supostamente Atribuíveis à Vacinação e à Imunização (Esavi) publicado pelo Ministério da Saúde. Segundo o documento, após a aplicação de mais de 47 milhões de doses em pessoas menores de 18 anos, entre 18 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, a grande maioria dos eventos propriamente ditos foram leves ou moderados, como dor de cabeça, febre, dor muscular e outras reações esperadas.

Além disso, a SBIM argumenta que o Brasil dispõe de pelo menos dois dispositivos legais que estabelecem a obrigatoriedade da vacinação de menores de 18 anos, os artigos 227 da Constituição Federal e 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que determina em parágrafo único que “é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias”.

Resposta

Em texto com título de “Nota aos Brasileiros”, o CFM afirma que em nenhum momento contestou a decisão de disponibilizar a vacina contra a covid-19 para a população infantil. O conselho diz que sua pesquisa decorre de inúmeros pleitos encaminhados à autarquia e visa apenas conhecer a “percepção do médico brasileiro sobre a obrigação imposta aos pais para que as crianças de 6 meses a 4 anos e 11 meses sejam vacinadas, independentemente de prescrição médica da vacina contra covid-19”.

O CFM acrescenta que já realizou consultas sobre outros assuntos e defende que “os médicos têm opiniões com base em conhecimento técnico-científico, são profissionais, pesquisadores e estudiosos em diversas áreas da ciência médica e por isso mesmo, são capacitados a se manifestarem”.

Sobre a nota da SBIM, o conselho afirma que “respeita o direito de outras entidades médicas se posicionarem sobre a realização da pesquisa, entendendo que essas manifestações enriquecem o debate ético e científico, desde que não atendam a interesses pessoais, políticos, ideológicos ou financeiros”.

A autarquia conclui dizendo que empenha total apoio às ações empreendidas para ampliar “a cobertura de vacinas que ajudam na prevenção e combate a doenças”, citando como exemplos as de poliomielite, sarampo, meningite, rubéola e tuberculose. (Agência Brasil)

Prefeitura de SP desenvolve ações de cuidado com a saúde mental

A campanha Janeiro Branco é voltada à conscientização da importância do cuidado com a saúde mental. Por isso, a Prefeitura de São Paulo desenvolve ao longo deste mês em todas as unidades de saúde uma série de atividades voltadas à população sobre saúde mental, rodas de conversas, trabalho corporal, exposições, espaço terapêutico e iniciativas de autocuidado.

Além dos cuidados, o movimento busca sensibilizar a sociedade sobre a necessidade de não estigmatizar a pessoa que sofre com algum transtorno psíquico, pois o preconceito, muitas vezes, impede a procura por ajuda.

As abordagens tratam de assuntos relevantes para a saúde mental, como estresse, ansiedade, depressão, autocuidado, entre tantos outros, e proporcionam um espaço acolhedor de escuta qualificada e fala para alívio de angústias e incômodos do dia a

dia de cada um, envolvendo também grupos específicos, como o da dor crônica, da memória, de idosos e infantojuvenil.

“Tudo que você consegue fazer para mostrar para as pessoas de que forma podem chegar ao serviço de saúde sem serem estigmatizadas é positivo, principalmente em se tratando de saúde mental, temos que pensar no bem-estar e em algo mais pleno. Hoje, qualquer ponto da rede de saúde, prioritariamente as Unidades Básicas de Saúde [UBSs] do território ou os Centros de Atenção Psicossociais [Caps], que são porta aberta para os casos graves, fazem esse acolhimento”, diz o assessor técnico da Divisão de Saúde Mental, da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Wagner Laguna.

Além das UBSs, outras unidades de saúde também têm programação neste mês, como as Assistência Médicas Ambula-

toriais (AMAs)/UBSs Integradas, os Serviços Integrados de Acolhida Terapêutica (Siats), os Centros de Convivência e Cooperativa (Ceccos), os Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), os Centros Especializados em Reabilitação (CERs), as Unidades de Referência à Saúde do Idoso (Ursis) e as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). O Hospital Dia Cidade Ademar, na zona sul, trabalhará com os usuários do serviço o tema “cuidando de quem cuida”.

Nos Caps da capital, por exemplo, haverá, entre outras mobilizações, a realização de grupos terapêuticos e de redução de danos, que aborda a promoção da saúde nos contextos de vulnerabilidade que envolvem uso de substâncias ilícitas. Já o grupo de masculinidade discute aspectos do sofrimento psíquico relacionados aos padrões de vida e comportamentos associados ao

gênero masculino, enquanto a oficina de mulheres trabalha fatores que afetam esse público.

O resultado dos cuidados com a saúde mental pode ser percebido no depoimento de quem optou por procurar ajuda. A senhora Rosa de Fátima Marques, de 65 anos, frequenta o Caps Adulto II Perus desde 2018; no centro, além do tratamento para o seu caso, de esquizofrenia de cunho residual, ela trata a diabetes, controla a pressão, toma medicação e faz atividades físicas e de recreação. O projeto terapêutico dela inclui ainda café da manhã e almoço no local, momento em que ela interage com os profissionais de saúde e com outras pessoas. “Eu não largo deles (os profissionais) de jeito nenhum porque são todos ótimos comigo, eu passo o dia aqui e me sinto em casa. Participo de peças de teatro, música, bingo e jogos. O Caps mudou a

minha vida”, diz.

“Aqui no Caps a genteamenta essas discussões de uma forma muito heterogênea, plural. Aproveitamos os processos de trabalho já existentes, as oficinas, os grupos, mas não só com enfoque no mês de janeiro. Buscamos reativar essa discussão ao longo do ano com festa, assembleia com usuários e familiares”, explica o gerente do Caps Perus, Tiago Bulhões.

Rede de saúde mental

A Secretária Municipal da Saúde está ampliando a oferta de equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) na cidade de São Paulo. Atualmente, o município conta com 102 Centros de Atenção Psicossocial (Caps); destes 33 são para atendimento infantojuvenil (IJ), 34 para adultos com sofrimento mental e 35 para pessoas que vivenciam dificuldades decorrentes do uso de

álcool e outras drogas (AD).

Os Caps são formados por equipes multidisciplinares, compostas por médicos, psicólogos, enfermeiros, farmacêuticos, assistentes sociais, educadores físicos, terapeutas ocupacionais, técnicos de enfermagem, oficinairos, agentes redutores de danos, entre outros profissionais, que trabalham de maneira integrada aos outros equipamentos da rede de proteção, com o intuito de promover o cuidado integral.

Existem também 23 Ceccos distribuídos por toda a cidade geralmente alocados em parques e centros esportivos públicos que visam trabalhar a convivência e reinserção social com foco na população em situação de vulnerabilidade.

A população pode encontrar a unidade mais próxima por meio da plataforma Busca Saúde, no link: <https://buscasaude.prefeitura.sp.gov.br/>.

Juiz manda seguradoras cobrirem imóveis perto de área de risco em Maceió

O juiz Felini de Oliveira Wanderley, da 1ª Vara Federal de Alagoas, proibiu as seguradoras credenciadas junto à Caixa Econômica Federal (CEF) de recusarem a cobertura para imóveis próximos a áreas consideradas de risco em Maceió.

Uma grande área da capital alagoana encontra-se isolada devido à instabilidade do solo provocada pela mineração de sal-gema pela empresa Braskem. Uma das minas, no bairro de Mutange, se rompeu em dezembro.

A decisão proíbe ainda a prática de preços abusivos ou aumentos expressivos nos valores cobrados, apontados como estratégias para dissuadir a contrata-

ção de seguros residenciais nos arredores das áreas de risco. Cabe recurso à segunda instância da Justiça Federal.

O caso foi julgado em ação aberta pela Defensoria Pública da União (DPU) em 2021. O órgão apontou diversas negativas de contratação pelas seguradoras.

Em reunião com a CEF e a Caixa Residencial, a DPU soube que as empresas estavam adotando uma margem de segurança de um quilômetro a partir das bordas da área de risco delimitada pela Defesa Civil.

O órgão alegou ainda que as negativas de cobertura a imóveis nessa margem também impedem a concessão de financiamento,

uma vez que a cobertura securitária é obrigatória em contratos firmados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Segundo o defensor regional de direitos humanos em Alagoas (DRDH-AL), Diego Alves, a margem de segurança adotada pelas seguradoras não está amparada em critérios técnicos e, por isso, “é abusiva e desarrazoada, ofendendo direitos básicos do consumidor, além de violar diretamente o direito social à moradia, os princípios gerais da atividade econômica, bem como afetar negativamente a valorização de imóveis e interferir na política urbana e habitacional de Maceió”.

Além dos cinco bairros de

Maceió afetados diretamente pela atividade de mineração, a margem de segurança de um quilômetro abrange imóveis situados nos bairros de Bebedouro, Bom Parto, Canaã, Chã da Jaqueira, Chã de Bebedouro, Farol (incluindo as ruas Thomaz Espíndola, Dom Antônio Brandão e Ângelo Neto), Feitosa, Gruta de Lourdes, Jardim Petrópolis, Levada, Mutange, Petrópolis, Pinheiro, Pitanguinha e Santo Amaro.

Decisão

O magistrado responsável pelo caso entendeu ser abusiva a negativa “indiscriminada, genérica e abstrata das seguradoras, sem amparo técnico, da contratação de

seguros, em detrimento de imóveis localizados em áreas onde o risco geológico é inexistente”.

Ele declarou nulas as negativas de cobertura com base na margem de segurança e condenou as seguradoras a convocarem todos os interessados para reavaliação do pedido de seguro habitacional. A decisão foi assinada na quarta-feira (10).

“Não se está negando a autonomia da vontade, nem a liberdade de as seguradoras avaliarem e aceitarem, ou não, o risco envolvido, mas estabelecendo limites razoáveis a fim de evitar que as negativas ocorram de forma indiscriminada, genérica e abstrata, sem amparo técnico, em detrimen-

to de imóveis localizados em áreas onde o risco geológico é inexistente”, escreveu o magistrado.

A decisão abrange a Superintendência de Seguros Privados (Susep), a Caixa Econômica Federal (CEF) e as seguradoras XS3 Seguros S.A, American Life Seguros, Tokio Marine Seguradora S.A e Too Seguros S/A.

Nos autos, as seguradoras alegaram que, como entidades privadas, estariam livres para aceitar ou não as propostas de cobertura, a partir de sua própria análise de risco. Outro argumento seria de que os interessados estariam livres para buscar outras empresas dispostas a aceitar o risco. (Agência Brasil)

Vagão de metrô pega fogo no Distrito Federal

Um vagão de metrô que estava a caminho da manutenção no Distrito Federal por problemas no freio pegou fogo por volta do meio-dia da sexta-feira (12), próximo à cidade de Águas Claras. O fogo já foi controlado e, segundo o Metrô-DF, só o condutor estava no veículo.

Segundo o protocolo adotado para esse tipo de situação, o centro de controle desligou toda a rede elétrica, interrompendo a circulação de metrô na capital federal. O veículo ainda está sob cuidado do Corpo de Bombeiros. Ele será recolhido e, após a análise do local, a li-

nha será reenergizada. Só então o metrô voltará a operar na cidade.

A assessoria do Metrô-DF informou que, caso a retomada do serviço demore, a Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob) será comunicada para adotar medidas como a ampliação do número de ônibus em circulação durante o horário de pico.

Ainda segundo o Metrô-DF, a movimentação no momento do incêndio é de apenas 20% da que é observada nos horários de pico, que é por volta das 8h30 e a partir das 16h30. (Agência Brasil)

Dengue avança em ritmo acelerado no estado do RJ

O estado do Rio de Janeiro registra mais de mil casos de dengue semanais há ao menos sete semanas consecutivas, segundo o monitoramento de arbovírus da Secretaria de Estado de Saúde (SES).

Na primeira semana de 2024, foram notificados mais 1.014 casos, número que ainda pode estar subestimado em função do atraso no aparecimento das notificações no sistema.

A secretária de Estado de Saúde, Claudia Mello, avalia que os índices de propagação da doença estão muito acima do esperado para esta época do ano e continuam crescendo de forma mais acelerada.

“Estimamos que os casos inseridos no sistema nas últimas semanas representem apenas metade daquilo que está acontecendo na prática”, afirma. “A Secretaria de Estado de Saúde tem reforçado as ações de treinamento no manejo da dengue para médicos e enfermeiros dos municípios e de sua rede própria, além de fornecer suporte e orientação aos municípios. É preciso intensificar os esforços para a eliminação de focos de mosquitos e a coleta de amostras de casos suspeitos de dengue para envio ao Lacen, que é o laboratório oficial do governo do Estado.”

Em 2023, o estado do Rio

de Janeiro registrou 51.171 casos e 25 mortes por dengue, segundo a SES. O número de casos é quase cinco vezes maior que o de 2022, quando foram 11.432 notificações e 16 óbitos.

Segundo a superintendente de Informação Estratégica em Vigilância e Saúde da SES-RJ, Luciane Velasque, as regiões que mais preocupam neste momento são as Baixadas Litorâneas, com uma incidência muito maior do que a esperada para este período, e a Metropolitana I (Capital e Baixada Fluminense), que tem o maior número de casos.

Na região Metropolitana I, é observada tendência de crescimento rápido do número de casos estimados, considerando o atraso das notificações, principalmente nos municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí e Nova Iguaçu.

No município do Rio, foram notificados 23.542 casos de dengue em 2023, e 492 casos já foram registrados em 2024, segundo a Secretaria Municipal de Saúde. A incidência da doença é maior na Área Programática (AP) 5.2, que engloba bairros nas regiões de Campo Grande e Guaratiba. Nessa área, houve quase mil casos de dengue para cada 100 mil habitantes em 2023. (Agência Brasil)

Corpos de ocupantes de helicóptero são encontrados junto aos destroços

Os corpos dos quatro ocupantes do helicóptero que desapareceu há 12 dias em São Paulo foram encontrados junto à aeronave. A Polícia Militar (PM) encontrou os destroços em uma mata fechada no município de Paraibuna, no Vale do Paraíba. O aparelho foi localizado pelo Águia 24, da PM. Equipes de resgate estão no local.

O helicóptero saiu do Campo de Marte por volta das 13h15 do dia 31 de dezembro, com destino

a Ilhabela, com o piloto e três passageiros. De acordo com as informações, além do piloto estavam no helicóptero Luciana Rodzewics, de 45 anos; a filha dela, Letícia Ayumi Rodzewics Sakumoto, de 20 anos; e Rafael Torres, um amigo da família que fez o convite para o passeio.

As buscas estavam sendo feitas pela Força Aérea Brasileira, Polícia Militar, Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros de São Paulo. Durante as buscas, as equipes sobrevoaram a região da Ser-

ra do Mar, entre o litoral norte e o Vale do Paraíba, principalmente sobre as cidades de Paraibuna,

Natividade da Serra, Redenção da Serra, Salesópolis e Caraguatatu-ba. (Agência Brasil)

Rótulo de medicamento tem que alertar presença de doping

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou na sexta-feira (12) a lei que obriga laboratórios farmacêuticos a indicarem nos rótulos, bulas e em todo o material de publicidade um aviso que indique quando um medicamento tiver substâncias proibidas pelo Código Mundial Antidopagem. O projeto de lei foi aprovado em dezembro do ano passado pelo Congresso Nacional e, agora, com a lei em vigor, a exigência começa a valer em 180 dias, período necessário para a edição de regulamentação da medida e para que as farmacêuticas possam se adaptar às exigências.

O principal objetivo da nova lei é evitar o chamado doping acidental, quando atletas acabam in-

gerindo substâncias proibidas de forma inadvertida ao tomarem um medicamento ou outra finalidade.

Segundo a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), o doping, ou dopagem, é popularmente conhecido como a utilização de substâncias ou métodos proibidos, capazes de promover alterações físicas ou psíquicas que melhoram artificialmente o desempenho esportivo do atleta.

Entre as substâncias proibidas pelo Código Mundial Antidopagem estão anabolizantes, estimulantes, hormônios e diuréticos. Mas há itens proibidos que aparecem em alguns tipos de remédios com efeito analgésico, usados para diminuir a dor. (Agência Brasil)

É com muito pesar que comunicamos o falecimento da Diretora da Luz Publicidade

Goreti Siliprandi

Homenagem da Diretoria e Amigos da Luz Publicidade à grande profissional, que deixa um legado de dedicação e companheirismo.

O velório será no dia 13/01 às 9hs e o sepultamento às 14hs, no **Cemitério da Paz**, Rua Dr. Luiz Migliano, 644 - Morumbi.